

JOGO DE GUERRA EUA VS. IRÃ: ANÁLISE E LIÇÕES PARA A DEFESA BRASILEIRA

Por Carlos A. Klomfahs*



Imagen meramente ilustrativa, gerada por inteligência artificial.

A análise de um cenário de guerra hipotético no recente conflito EUA-Israel-Irã revela importantes lições de dissuasão estratégica para o Brasil.

Nos últimos anos, uma extensa pesquisa vem explorando o crescente risco de escalada de alto conflito entre os Estados Unidos e o Irã. Tais fatos são hoje corroborados com o ataque preventivo israelense (Estado agressor) em 13 de junho de 2025, somado ao ataque militar ilegítimo dos Estados Unidos em 21 de junho de 2025 à República Islâmica do Irã, país soberano, ambos sem autorização do Conselho de Segurança da ONU e sem sequer sendo um ato de legítima defesa, nos termos dos artigos 39, 40, 41, 42 e 51 da Carta das Nações.

Alberto Palacios Junior¹ (pág. 81 ss.) em: *As Teorias das Guerras Preventivas e as Relações Internacionais*, afirma que no contexto de segurança coletiva a Carta da ONU desaprova o direito de ir à guerra à livre vontade dos Estados, tendo a Corte Internacional de Justiça em 1984 no caso da Nicarágua, proibido o uso da força nas Relações Internacionais, e que a legítima defesa do artigo 51 da Carta da ONU é apenas após o país-vítima ter sofrido um ataque armado.

¹ Vide mais em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/d23c9460-eab5-4595-9c3aba19653cc98b/content>

A verdade, no entanto, é que ninguém sabe quais são os desdobramentos de ações americanas, após a ação militar perpetrada contra a República Islâmica do Irã, o que é inusitado, na medida em que é um ato de guerra em legítima defesa de um terceiro, o que inexiste no Direito Internacional dos Conflitos Armados e na Carta da ONU.

De mais a mais, hoje parece improvável um conflito direto com declaração formal de guerra dos EUA, na medida em que sua economia² (dívida aproximada de US\$ 36,56 trilhões, especialmente com gastos sociais e de defesa) e sua capacidade industrial não estão nas melhores fases, conforme relatado em pelo Pentágono³: *"The U.S. industrial base would be challenged to ramp up production to meet wartime requirements in the event of a protracted great power conflict, analysts and Pentagon officials say."*

A um, pela necessidade de terras raras para toda cadeia de abastecimento de equipamentos, produtos e sistemas de armas militares, cujo monopólio de extração e processamento é chinês⁴ (61% de capacidade produtiva e 92% de capacidade de processamento).

A dois, necessidade de rápida recomposição em caso de estado de guerra.

A três, pelo alto custo político de envolvimento em conflitos de terceiros sem violação direta da soberania americana.

A quatro, pela possibilidade de um clivagem na capacidade de defesa americana e uma possível incapacidade de sustentar um guerra prolongada (energia, munição e rusticidade dos recrutas e futuras indenizações aos familiares dos militares mortos e feridos em combate) em caso de envolvimento de Rússia e China no apoio ao Irã.

Ademais, um artigo⁵ de 2024 de Whang e Zhang sobre a rivalidade EUA-Irã na *European Journal of Futures Research*, *"Is high-intensity conflict escalation inevitable in the future? A two-level game analysis on the causes of US-Iran risky rivalry"*, modela esse impasse como um jogo de soma não cooperativa de dois níveis – entre política doméstica e diplomacia internacional – e conclui que fatores como a polarização no Congresso americano, o efeito “rally round the flag” nos dois países, e choques ideológicos, especialmente entre EUA e o “Eixo da Resistência” liderado pelo Irã, tornam altamente provável uma escalada acidental ou deliberada de hostilidades, devido a erros de cálculos.

² Cf. <https://www.cnnbrasil.com.br/blogs/gilvan-bueno/economia/macroeconomia/nao-e-sobre-tarifa-e-sobredivida-publica/>.

³ <https://www.nationaldefensemagazine.org/articles/2020/1/24/industrial-base-could-struggle-to-surgeproduction-in-wartime>.

⁴ Cf. <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c62z0l0pwe1o#:~:text=A%20China%20det%C3%A9m%20quase%200%20monop%C3%B3lio%20da,processo%20de%20sua%20separa%C3%A7%C3%A3o%20de%20outros%20minerais.&text=%22Isto%20permitti%C3%A7%C3%A3o%20que%20eles%20ultrapassassem%20os%20concorrentes,a%20abri%C3%A7%C3%A3o%20de%20produtos%20acabados%20como%20%C3%ADm%C3%A3s.%22>.

⁵ Cf. <https://eujournalfuturesresearch.springeropen.com/articles/10.1186/s40309-024-00239-z>.

Albert Caballé em artigo para o Velho General: [*Israel e Irã: Luta por Hegemonia Global Disfarçada de Conflito Regional?*](#) conclui que: “o conflito transcende uma simples disputa regional, e que para os aliados do Irã e alguns analistas, é uma luta de natureza civilizacional, uma ‘batalha decisiva’ que determinará a ordem mundial do século XXI.”

Para o ex-analista de inteligência da CIA Larry Johnson⁶, os interesses da China e da Rússia se fazem presentes, no que ameaças à segurança regional destes países podem ser elevadas exponencialmente, caso haja alteração do governo iraniano pró-ocidente, sendo a um só tempo uma ameaça geopolítica à Rússia e uma ameaça econômica à China.

Já Scott Ritter, ex-oficial de inteligência do Corpo de Fuzileiros Navais, em posicionamento contrário, em entrevista para o mesmo canal *Dialogue Works*⁷, entendeu que a culpa do ataque israelense era do Irã ao enriquecer urânio em 60%, porém, ele não debate o suposto direito de Israel possuir armas nucleares, não ter aderido ao Tratado de Não-Proliferação, isto é, não passar por inspeções periódicas em suas instalações, e representar um risco à segurança regional ao ser o único dos 17 países do Oriente Médio a possuir armas nucleares não autorizadas nem fiscalizadas pela Agência Internacional de Energia Atômica.

O analista político e jurídico Judge Napolitano⁸, ex juiz da Suprema Corte de Nova Jérsei, entrevistando o economista americano Jeffrey Sachs, perguntou sobre o envolvimento da CIA, do Mossad e do MI6 no ataque ilegítimo de Israel ao Irã e na intervenção americana em países estrangeiros, ao que Sachs respondeu afirmando que sim, e que o Mossad, sobretudo, vem sendo um ator relevante na política externa americana.

Ao lado desse arcabouço político-estratégico, estudos sobre a doutrina militar iraniana – em especial a estratégia A2/AD (anti-acesso/negação de área) no Estreito de Ormuz – destacam como o Irã utiliza um arranjo complexo de mísseis de cruzeiro e balísticos costeiros, minas, lanchas velozes e sistemas de defesa aérea integrados para criar uma zona de negação eficaz contra forças navais superiores.

Fabricio Alé Gomes, em TCC para a Escola de Comando e Estado Maior do Exército⁹ (ECEME) em 2018, sob o título: *O Papel do Irã no Equilíbrio de Poder do Oriente Médio*, citando Lampreia: “o Irã é o berço de uma das mais antigas e duradouras civilizações do mundo, com vestígios de urbanizações com mais de quatro mil anos de idade”, sendo o Oriente Médio um dos principais foco de tensões mundiais, e que antes da 1ª Guerra Mundial o equilíbrio de poder era realizado pelo Egito, o Império Turco Otomano e pela Pérsia. Com a queda dos Otomanos a região foi dividida entre França e Inglaterra, tendo *a posteriori* pela ONU, via resolução 181

⁶ Vide: https://www.youtube.com/watch?v=hBh3O-9_Ld4&ab_channel=DialogueWorks.

⁷ Cf. https://www.youtube.com/watch?v=EHYWi1sejQ&ab_channel=DialogueWorks.

⁸ Cf. https://www.youtube.com/watch?v=Un-lkAbGyww&list=WL&index=20&ab_channel=JudgeNapolitano-JudgingFreedom.

⁹ Cf. <https://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/3737>.

de 1947, sido determinada a criação de um Estado Palestino e outro Judeu, o que nunca ocorreu.

O autor ainda cita PECEQUILO (2012), “*em termos teóricos, o equilíbrio de poder é um dos principais fundamentos da teoria realista clássica das Relações Internacionais do século XX. A instituição do equilíbrio de poder, com objetivo de evitar o protagonismo de qualquer Estado em particular, se desenvolveu a partir da coalizão contra Filipe II, e foi preservada como objetivo implícito da Paz de Westfália de 1648, que deu fim as pretensões dos Habsburgos de se tornar um monarquia universal (BULL, 2002)*”.

E citando PINHEIRO (2016) sobre o apoio inicial dos EUA ao uso da energia nuclear pelo Irã, afirma que:

“*no início, o programa nuclear iraniano se desenvolveu de forma limitada. Embora contasse com o apoio do governo estadunidense, materializado por meio de uma cooperação entre o Irã e os EUA para o uso pacífico da energia atômica, até o início dos anos 1970, o governo iraniano limitou seus esforços na área nuclear a um pequeno reator de pesquisa na Universidade de Teerã e que Teerã não tinha como objetivo se tornar uma potência nuclear, haja vista sua adesão imediata ao TNP (Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares) em 1970, confirmada em 1974 (LAMPREIA, 2014)*”.

E por fim cita sobre a percepção de segurança do Irã e a necessária afirmação de sua soberania, que:

“*no entendimento de FAHRI (2017), o Irã já é um ator regional importante, dotado de dinâmicas domésticas altamente complexas e contenciosas. Essas características fazem com que seja um país que não se permita ser ignorado ou forçado a mudar seus modos de acordo com as linhas prescritas por outros países. Quanto mais os temores legítimos do Irã sobre soberania e segurança forem ignorados, maior será a probabilidade de resistir à coerção. A história do conflito nuclear, de fato, sugere que a percepção de uma ameaça aumentada contra sua segurança e soberania moveu todo o espectro político do Irã para a contrarreação, incluindo a expansão e aceleração de seu programa de enriquecimento de urânio e formulação explícita de uma doutrina de segurança que vê ameaças como a resposta a ameaças*”.

A região, além dos aspectos geopolíticos de contenção de China e Rússia e dos interesses econômicos, pela presença de petróleo e gás, ainda é um grande bloqueio por terra entre Ásia e África, sendo hoje mais um problema chinês.

Portanto, com base nesses *insights*, o plano de guerra hipotético anterior assume uma dimensão mais realista: os EUA teriam que lidar simultaneamente com uma pré-disposição política a um conflito entre Washington e Teerã, e com a capacidade iraniana de impor uma barreira A2/AD robusta no Golfo, tornando qualquer operação militar convencional extremamente complexa e custosa. Essa compreensão multidimensional – combinando geopolítica, política doméstica e capacidades militares – embasa a análise estratégica apresentada anteriormente.

Além de ter que lutar contra um “mundo árabe e persa” unido contra o ocidente imperialista, composto por bilhões de pessoas. Há analistas que sustentam uma luta do ocidente contra os BRICS, especialmente contra os projetos da Nova Rota da Seda chinesa, tendo a rota iraniana um papel relevante no projeto chinês, junto com a dependência energética de petróleo.

Isto posto, o objetivo do presente ensaio é apresentar ao público civil um exercício analítico hipotético de um plano de guerra dos EUA contra o Irã, extraindo lições ao Brasil, baseado em estudos de caso reais, doutrina militar americana (Joint Publication), análises de *wargames* e publicações do U.S. Naval War College, CSIS, RAND Corporation, entre outros. Este tipo de estudo é usado por academias militares para avaliar riscos, capacidades e cenários, e não representa uma proposta de ação real, tampouco incentiva hostilidades.

I. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DOS EUA

CENÁRIO ESTRATÉGICO: 2025

Neutralizar a capacidade nuclear e balística do Irã.

- Impedir o fechamento do Estreito de Ormuz e garantir o fluxo energético global;
- Desarticular o aparato militar e de inteligência iraniano (IRGC-QF, Força Quds);
- Impor custos econômicos e políticos, sem ocupação terrestre prolongada.

II. ANÁLISE DO TEATRO DE OPERAÇÕES

Elemento, Considerações e Geografia.

O Irã possui cadeias montanhosas protegendo instalações militares/nucleares. O litoral sul é estratégico, voltado ao Golfo Pérsico.

Estreito de Ormuz: 20% do petróleo global passa por ali. Fácil de minerar e difícil de manter aberto sob ataque.

Infraestrutura iraniana:

- Complexa, dispersa e parcialmente subterrânea;
- Alta resiliência;
- População e mobilização;
- Capacidade de mobilização de massas tanto no território americano quanto europeu, com várias células adormecidas e guerra assimétrica elevada.

III. VULNERABILIDADES DOS EUA

A doutrina militar ocidental, baseada em Clausewitz de guerra como “política por outros meios”, busca uma batalha decisiva no centro de gravidade do oponente, e suas ações quando os países não estão em conflito sempre foram superiores aos países orientais, na medida em que, por serem pequenos e inferiores e estarem sempre na ofensiva, usam meios indiretos, buscam investir pesados recursos em operações clandestinas, de inteligência, forças especiais como as ações da CIA, Mossad e MI6, meios econômicos etc., como forma de minar e cercar oponentes antes de uma ofensiva direta.

O melhor exemplo desta doutrina é o *The Joint Force in a Contested and Disordered World*, de 14 de julho de 2016¹⁰, que descreve o futuro ambiente de segurança em 2035 e projeta as implicações das mudanças para a Força Conjunta, para que possa antecipar e se preparar para potenciais conflitos, cujos quatro principais conceitos são:

1. Joint Concept for Access and Manoeuvre in the Global Commons (JAM-GC)

O que é: Evolução do conceito Air-Sea Battle (2009), agora organizado para o J7 da Força-Conjunta. Enfatiza acesso militar integrado multidomínio (terra, ar, mar, espaço, ciberespaço) contra ameaças A2/AD.

Exemplo: Exercícios no Yuma Proving Ground combinaram comunicações de satélite, mira de caças F-35 e fogo de longa distância para penetrar defesas inimigas.

Ponto fraco: Alta dependência de tecnologia avançada, vulnerável a aquelas mesmas A2/AD sofisticadas que pretende superar.

2. Joint All-Domain Command and Control (JADC2)

O que é: Arquitetura para conectar sensores, plataformas e tomadores de decisão em todos os cinco domínios, habilitando cadeias de comando rápidas e ação integrada (efeitos cinéticos em segundos).

Exemplo tático-operacional: Testes do Exército em 2020 mostraram rede tática com alcance de 36 milhas no solo e 1.500 milhas no ar, ligando satélites, drones e baterias de artilharia.

Ponto fraco: Exige interoperabilidade robusta, padrões unificados e segurança cibernética rigorosa – ainda em desenvolvimento.

3. Effects-Based Operations (EBO)

O que é: Enfoque em efeitos desejados, não em destruição pura. Usa guerra eletrônica, PSYOP, bloqueio logístico combinados com força letal.

¹⁰ Cf. <https://www.jcs.mil/Doctrine/Joint-Concepts/JOE/>.

Exemplo: Operações que buscam paralisar reação inimiga (“paralyze the enemy”), como ataques eletrônicos visando sistemas de comando.

Ponto fraco: Medir e prever efeitos complexos é difícil – risco de subestimar reação adversária ou causar danos colaterais indiretos.

4. Network-Centric Warfare (NCW)

O que é: Transformar vantagem em informação via conectividade total (GIG, *Global Information Grid*). Plataformas e sensores integrados criam “sistemas de sistemas”.

Exemplo: O Cooperative Engagement Capability (CEC) da Marinha, integrando sensores de múltiplos navios para rastrear ameaças em rede.

Ponto fraco: Redes extensas são alvos para ciberataques e interferência. Falhas podem causar efeito cascata, derrubando vários sistemas.

Isto posto, entendemos as vulnerabilidades americanas assentadas nos seguintes pontos:

- Porta-aviões vulneráveis a mísseis antinavio (Fateh-110, Khalij Fars, e Hypersonic Fattah-2);
- Risco de ataque de armas desconhecidas fornecidas pela Rússia e China ou de desenvolvimento autóctone iraniano;
- Dependência de bases aliadas no Golfo (Catar, Bahrein, Emirados) que podem ser politicamente instáveis;
- A força de submarinos e minissubmarinos iranianos da classe Ghadir e drones submarinos;
- Infiltração de forças especiais na retaguarda americana, em seu território e bases, via interior do país em direção as grandes cidades, via aviação civil e marítima de pouca fiscalização;
- Há analistas que afirmam a alta vulnerabilidade americana de infiltração por meios marítimos e aéreos civis, com pouca fiscalização e monitoramento aeroespacial, bem como sua alta dependência tecnológica, incapacidade de lutar em duas frentes militares e uma potencial guerra civil;
- Risco de resposta assimétrica: ataques a aliados, ciberataques, sabotagem a petroleiras;
- Custo político interno e internacional elevado;
- Capacidade de reposição de armas, sistemas, gestão da capacidade energética e de petróleo e a alta dependência de sistemas eletroeletrônicos.

IV. SUPORTE RUSSO E CHINÊS AO IRÃ

Possíveis Ações

Para ambos os países, sustentei em outro artigo para o Velho General em 2024¹¹, o Irã fornece uma espécie de zona de segurança regional geopolítica e de segurança energética, daí a relevância do apoio indireto e discreto.

Como dito sobre a Doutrina Militar Ocidental, a Doutrina Militar Oriental com base em Sun Tzu em a Arte da Guerra, baseia-se na estratégia indireta e prolongada, empregadas na Guerra da Coréia e do Vietnã (contra França, China e EUA):

- Vencer sem lutar;
- Engane-os para conquistar: quando forte, pareça fraco; quando perto, pareça longe;
- A invencibilidade está na defesa; a possibilidade de vitória, no ataque;
- Conheça o inimigo e conheça a si mesmo, e em cem batalhas você nunca estará em perigo;

China

Apoio diplomático na ONU, fornecimento de sensores e sistemas C4ISR, envio de armamento indireto, aumentar a compra de petróleo iraniano. O apoio chinês seria discreto e implícito, evoluindo conforme os desdobramentos de outros países aliados.

Rússia

Inteligência, EW (guerra eletrônica), fornecimento de mísseis e defesa aérea (S-400), PMCs, operações na retaguarda, suporte cibernético, apoio logístico e de operações encobertas. O apoio russo viria do Mar Cáspio/Cáucaso pela via marítima e submarina.

V. FASES DO PLANO OPERACIONAL

Fase 0: Preparação e Dissuasão Reforçada

- Deslocamento de Carrier Strike Group (CSG) para o Mar da Arábia e Mediterrâneo;
- Envio/implantação de bombardeiros B-2/B-21 em Diego Garcia;
- Posicionamento de submarinos SSGN classe Ohio armados com Tomahawk no Golfo de Omã;

¹¹ Cf. <https://velhogeneral.com.br/2024/05/14/assassinato-de-soleimani-drones-direito-internacional-e-falhas-dacontrainteligencia/>.

- Operações cibernéticas contra sistemas C4ISR iranianos.

Fase I: Campanha Aérea e de Mísseis (Shock & Awe)

Objetivos:

- Destruir sistemas de comando e controle, satélites, nós de comunicação;
- Neutralizar defesas aéreas (S-300, Bavar-373, Tor-M1);
- Alvos principais: Natanz, Fordow, Parchin, bases do IRGC, navios da IRGCN, depósitos de mísseis.

Meios empregados:

- Ataques com mísseis de cruzeiro (Tomahawk Block V), penetração com B-2 Spirit e F-22/F-35;
- Guerra eletrônica: EA-18G Growler, *jammers* espaciais;
- Forças Especiais SEAL/Delta em reconhecimento de alvos.

Fase II: Operações Navais e Controle do Estreito de Ormuz

Desafio central: manter o estreito aberto.

Ações:

- Minas navais removidas por drones subaquáticos e MH-53E Sea Dragon;
- Eliminação de lanchas de ataque rápido (*swarm boats*) com drones e helicópteros armados.
- Interdição de portos militares em Bandar Abbas e Bushehr;
- Presença contínua de contratorpedeiros AEGIS (classe Arleigh Burke) com capacidade de defesa antimíssil.

Fase III: Neutralização das forças de retaliação

- Golpe contra redes de *proxies* no Iêmen (Houthis), Líbano (Hezbollah), Iraque (PMF);
- Destrução de estoques de mísseis balísticos e drones (Shahed-136, Ababil);
- Interdição cibernética e espacial das comunicações da IRGC.

Fase IV: Pressão final e imposição diplomática

- Apoio de potências regionais (Israel, Arábia Saudita é descartada ou no mínimo pode ficar formalmente neutra) com guerra de desgaste;

- Operações de informação para estimular dissidência interna;
- Imposição de sanções totais com bloqueio naval (quase-quarentena);
- Proposta de cessar-fogo com verificação internacional (IAEA + ONU).

VI. POSSÍVEIS DESDOBRAMENTOS

- Cenário/Consequências;
- Rápida neutralização do Irã;
- Fragilização do governo, ascensão de grupos dissidentes, guerra civil;
- Retaliação regional;
- Ataques a Israel, ataques terroristas em países do Golfo e EUA, fechamento temporário de Ormuz;
- Escalada com apoio velado/explícito da Rússia/China;
- Conflito por procuração (*proxy war*), risco de confronto limitado/nuclear entre grandes potências.

VII. RISCOS, CUSTOS ESTRATÉGICOS E GERENCIAMENTO DE RISCO

- Risco elevado de escalada não intencional com potências nucleares;
- Perdas materiais em porta-aviões ou bases avançadas seriam politicamente catastróficas;
- Impacto global no preço do petróleo, mesmo com vitória operacional;
- Prolongamento da guerra por insurgência e guerra híbrida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da superioridade tecnológica dos EUA, uma guerra contra o Irã exigiria uma campanha multidomínio altamente coordenada e enfrentaria um oponente resiliente, assimétrico e com potenciais apoios externos de peso. O Estreito de Ormuz seria um ponto de estrangulamento crítico, e qualquer plano militar exigiria cálculo político preciso, uso maciço de ISR (*Intelligence, Surveillance, Reconnaissance*) e guerra de informação estratégica para conter o colapso regional, porém, como se sabe, nada é certo em uma guerra, tudo evolui e muitas variáveis são desconhecidas e/ou não consideradas.

Com efeito, a análise do cenário hipotético de confronto entre os EUA e o Irã revela lições valiosas para o Brasil no tocante à construção de uma capacidade de dissuasão eficaz e autônoma. A principal lição é a relevância da estratégia de

negação de área (A2/AD), que permite a um Estado menos poderoso impor custos inaceitáveis a um agressor tecnologicamente superior. No caso iraniano, a combinação de mísseis balísticos, drones, guerra assimétrica e domínio geográfico multiplica sua resiliência estratégica.

Para o Brasil, a Estratégia Nacional de Defesa (END) 2020, reforçada pelas diretrizes de 2023, já aponta a importância de fortalecer o poder dissuasório com base em tecnologias autóctones, domínio do espaço cibernético e ampliação da Base Industrial de Defesa (BID). A integração entre capacidades navais, aeroespaciais e cibernéticas é essencial para proteger áreas críticas como a Amazônia Azul, o Pré-Sal e a Região Amazônica.

Além disso, o Brasil deve priorizar sistemas de vigilância ISR, defesa costeira móvel, mísseis de cruzeiro e autonomia em sensores e comunicações.

A lição iraniana é clara: dissuasão eficaz não exige paridade simétrica, mas sim a capacidade de negar objetivos estratégicos ao adversário, elevando os custos da agressão a níveis inaceitáveis.

***Carlos A. Klomfahs** é advogado, especialista em Direito Internacional dos Conflitos Armados e operador de Inteligência. Egresso curso de geopolítica da ECUME e estratégia marítima da Escola de Guerra Naval. É mestrando no Programa de Pós-Graduação em Segurança Internacional e Defesa (PPGSID) da Escola Superior de Guerra.
